



OPINIÃO

As PME em tempo de crise

**DOMINGUES DE AZEVEDO**

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Criar hoje uma empresa em Portugal é uma tarefa simples, sem burocracias e perdas de tempo. A “via sacra” de há meia dúzia de anos deu lugar a que, ao alcance de um clique, se consiga constituir um negócio. Esta simplificação processual é de aplaudir e constitui um progresso que muitos ainda não deram o verdadeiro valor. Todos saem a ganhar, incluindo a máquina fiscal, que passa a monitorizar, de imediato, o início de mais uma actividade.

O acto de constituição formal pode, no entanto, não acompanhar o espírito do criador, o empresário. Neste momento, a empresa é muito mais que um veículo de promoção dos interesses dos seus patrões. É da dinâmica empresarial que depende a economia nacional e a realização de sonhos diversos, legítimos, diga-se, de muitos dos seus colaboradores, seja através de um investimento imobiliário ou na aquisição de viatura própria, que contribuem igualmente para imprimir fôlego à actividade económica.

As empresas são, e devem assumir-se, sem complexos enquanto tal, antes de estabilidade social e veículos de concretização de muitos projectos pessoais. Esta realidade não é só portuguesa. É também europeia. As empresas têm um papel indispensável no garante do sustento de muitas famílias. Milhares de agregados, por esse país fora, precisam que as estratégias de cada empresário surtam resultados.

A sua cadeia de interdependências é, por isso, extensa. É óbvio que não geram grandes quadros, nem grandes fortunas. Mas só a simples criação de emprego é um objectivo de enorme alcance sócio-económico. Por isso, o apoio público concedido justifica-se em pleno.

Segundo dados bem recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), as cerca de 350 mil PME representam 99,7% do tecido empresarial português. Para além disso, 85,6% das PME

são micros que empregam 27% dos efectivos das empresas não financeiras. Estatística elucidativa e mais ainda se torna quando se sabe que as PME geram mais de metade do volume de negócios total das sociedades não financeiras. Definitivamente não há que encontrar subterfúgios. O desenvolvimento do País passa por aqui. No competitivo mundo dos negócios, esta fatia importante deveria ser vista com outros olhos. Se é verdade que muitas PME têm de adoptar uma estrutura organizativa diferente, mais dinâmica e profissional, porque sem essas características ficam indefesas e mais vulneráveis, o poder político tem de deixar de se lhes referir, apenas de forma interesseira, em véspera de momentos eleitorais.

Grande parte das crises que se instalam no seio das empresas resulta da falta de acompanhamento técnico competente, que se estende muitas vezes ao domínio fiscal. Assusta-me a possibilidade de as empresas da União Europeia serem dispensadas de possuir um sistema organizado de contabilidade. Não o digo por simples corporativismo, mas porque o pior que pode acontecer a um cidadão, a uma empresa ou a um país é não ter defesas e estar à mercê de uma ameaça tão séria como é a falta de credibilidade.

O empresário tem de perceber, de uma vez por todas, que uma estrutura frágil e assente em conceptualizações amadoras, nunca irá longe. No cenário actual de carestia, empresas não profissionalizadas e que ignorem os desafios que lhes são colocados pelas novas tecnologias, têm os dias contados. ■

Cerca de 350 mil PME representam 99,7% do tecido empresarial português. E 85,6% das PME são micros.